



EIXO TEMÁTICO:

Compartilhamento da Informação e do Conhecimento

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ACERVOS DIGITAIS: ANÁLISE DAS INICIATIVAS NO CENÁRIO BRASILEIRO

PUBLIC POLICIES FOR DIGITAL COLLECTIONS: ANALYSIS FROM THE INITIATIVES IN THE BRAZILIAN SCENARIO

Calíope Spíndola¹
Dalton Martins²

Resumo: A partir da compreensão acerca das transformações sociais, consequência das novas possibilidades recorrentes da popularização da internet, percebe-se por parte das instituições de memória a necessidade de reestruturação de seus processos de representação e apropriação cultural. Apresenta-se a ideia de concepção de acervos digitais pela perspectiva do fenômeno rede e aponta como problema de pesquisa que a inexistência de uma política pública nacional para acervos digitais dificulta os processos de acompanhamento de políticas do setor cultural e, sobretudo, a disponibilização de acervos culturais de forma conectada. O trabalho tem como objetivo realizar revisão bibliográfica acerca das iniciativas brasileiras que caminham em direção à construção dessa política para acervos digitais e identifica vertentes em comum entre as iniciativas apresentadas. Como perspectiva metodológica em uma abordagem qualitativa, abrange a pesquisa exploratória e se desenvolve a partir de pesquisa documental e bibliográfica.

Palavras-chave: Acervos digitais. Acervos em rede. Políticas para acervos digitais. Instituições de memória.

Abstract: From the understanding of social transformations, a consequence of the new recurrent possibilities of the popularization of the Internet, is perceived by memory institutions, as a need to restructure its processes of representation and cultural appropriation. It presents the idea of digital collections from the perspective of the network phenomenon, and points out as research problem the lack of a national public policy. Digital collections hinder the process of monitoring the policies of the cultural sector and - above all - the availability of cultural collections in a connected way. The objective of this work is to carry out a bibliographical review of the Brazilian initiatives, that are moving toward the construction of this policy for digital

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília. E-mail: caliopespindola@gmail.com

² Docente do curso de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. E-mail: dmartins@gmail.com

collections. The identification of common aspects among the initiatives presented, in a methodological perspective - in a qualitative approach - covers exploratory research and is developed from documentary and bibliographical research.

Keywords: Digital collections. Collection network. Policies for digital collections. Institutions of memory.

1 INTRODUÇÃO

A constante transformação da sociedade acompanhada do surgimento de aparatos tecnológicos apresenta dimensões conectadas a um contexto informacional que vem reconfigurando, diariamente, o modo com que os indivíduos constroem suas percepções e conexões dentro de um contexto social. A denominada sociedade da informação transformou não apenas o modo de se pensar e a busca por novos conhecimentos, mas também a forma e o processo estrutural dessa sociedade como um todo.

Nesse sentido, a estabilização da internet se institui como um elemento de ativação e circulação informacional, de modo a propiciar novos meios de produzir e fruir a informação e o conhecimento e, nesse mesmo contexto, é possível observar que os meios de se armazenar e circular os objetos culturais também vêm acompanhando ao longo dos anos as transformações sociais, buscando se adequar às novas perspectivas.

Também, junto a essas ferramentas tecnológicas se instaura a necessidade de reestruturação e percepção das instituições de memória, que se veem provocadas a pensar estratégias de disponibilização e difusão de seus acervos de modo a ultrapassar as barreiras existentes a seus espaços físicos. Dessa forma, ao buscar por novas práticas no sentido de reinventar o fazer informacional, instituições memoriais têm desenvolvido projetos de digitalização de seus acervos, de modo a transformar o ciclo difusor desses bens culturais por meio da apropriação dessas novas ferramentas, sobretudo a internet. A composição desses denominados acervos digitais se desenvolve a partir da disponibilização dos objetos culturais em plataformas digitais, de modo a ampliar os meios de acesso, que até então se davam apenas por meio da visita ao acervo físico.

Acervos digitais são um novo acervo, adicional aos acervos físicos das instituições de Memória e Cultura, como novas potencialidades que os acervos físicos não possuem. Requerem uma curadoria especial, novas habilitações técnicas para isso e, em especial, cuidados

específicos dada à fragilidade do meio tecnológico digital, em termos de volatilidade, armazenagem e obsolescência. (BITTENCOURT; MARCONDES, 2019, p.50).

Os acervos digitais já são realidade em grande parte das instituições. Porém, ao longo dos anos essas instituições têm digitalizado seus acervos de forma isolada, de modo a estabelecer padrões e práticas técnicas específicas que fogem aos princípios da interoperabilidade. A singularidade de cada caso e a falta de perspectivas e modelos gerais para o setor dificultam a possibilidade de as instituições atuarem em conjunto. A partir disso, apesar da existência de diversos acervos digitalizados e alguns disponibilizados de forma on-line, ainda é possível identificar dificuldade acerca da concepção e disponibilização desses acervos em formato rede, de modo a conectar objetos de instituições distintas e facilitar a vida dos usuários nos processos de busca e recuperação.

Dessa forma, é a partir dessa perspectiva que se constrói o problema a ser explorado ao longo deste trabalho. Acredita-se que tanto os problemas estruturantes presentes nos processos de digitalização dos acervos e na concepção e disponibilização desses acervos em rede, quanto os obstáculos existentes na gestão da política cultural se justificam pela inexistência de uma política nacional de acervos digitais no âmbito da cultura. Assim, compreendem-se os aspectos de uma política como um propósito de especificar procedimentos, padrões e parâmetros que possam possibilitar o desenvolvimento de ações coordenadas e colaborativas para a construção de acervos digitais integrados.

A ausência de uma política que realize essa integração acaba por dificultar processos de mapeamento e diagnóstico acerca das condições dos objetos culturais, além de limitar as possibilidades de cruzamento de dados e produção de indicadores que facilitem o monitoramento dos efeitos das políticas específicas para o setor. (MARTINS; SILVA; CARMO, 2018, p.199).

Assim, o presente trabalho visa apresentar, por meio de revisão literária, como as iniciativas voltadas à construção de uma política pública para acervos digitais têm sido desenvolvidas no contexto brasileiro, de modo a identificar a existência de possíveis tendências e percepções em comum entre os elementos apresentados.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da perspectiva de natureza

qualitativa, abrangendo a abordagem da pesquisa exploratória. Para o desenvolvimento utilizou-se como procedimento a pesquisa documental e bibliográfica. Para a coleta dos dados foram utilizadas fontes tanto primárias quanto secundárias. No primeiro sentido, foram utilizados documentos ligados às iniciativas do extinto Ministério da Cultura, atual Secretaria Especial da Cultura, tais como informações do site da instituição e de eventos promovidos na temática de promoção de políticas para acervos digitais. Também como subsídio para a análise documental foram incorporados estudos desenvolvidos pelo Laboratório de Políticas Públicas Participativas – L3P, da Universidade Federal de Goiás, que vem desenvolvendo, desde o ano de 2014, estudos que contribuem para o desenvolvimento de políticas para acervos digitais, sobretudo no âmbito do projeto Tainacan, parceria que envolve importantes instituições produtoras de políticas para a área, como a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e a Secretaria Especial da Cultura do Governo Federal. Em relação às fontes secundárias foram realizadas buscas nas seguintes bases de dados científicas: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – Brapci e Google Acadêmico. As buscas foram efetivadas a partir da utilização de palavras-chaves com variação plural e singular, a saber: “acervos digitais”, “acervos em rede”, “acervos culturais” e “políticas de acervos digitais”. Como recorte aos resultados obtidos definiu-se o uso apenas daqueles artigos que contemplassem em específico o tema abordado no presente trabalho.

3 ACERVOS DIGITAIS EM REDE: CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NO CENÁRIO BRASILEIRO

Partindo da perspectiva da inexistência de uma política para acervos digitais e de modo a identificar tendências apresentadas a partir de um conjunto de iniciativas que caminham em direção à concepção dessa política, apresenta-se a seguir revisão literária elaborada acerca de iniciativas instituídas em âmbito nacional, de modo a construir uma relação entre os pontos discutidos pelos diferentes autores.

De forma a pensar as mudanças sociais advindas da popularização da internet e das novas tecnologias digitais, Martins, Silva e Carmo (2018) abordam os aspectos dos acervos digitais a partir da cultura digital e apresentam a ideia de rede como uma nova forma de representação da sociedade. Dessa forma, percebendo a importância

e o potencial da construção de acervos culturais digitais conectados, sobretudo na perspectiva da otimização da disponibilização desses acervos, os autores apresentam um panorama relacionado aos apontamentos da necessidade dessa ação. Referenciando a Carta de Recife 2.0, elaborada pela Rede Memorial, apontam que as instituições culturais vêm desenvolvendo iniciativas de digitalização e publicação de seus acervos, mas que tais ações têm sido feitas de forma desconexa, o que faz com que o potencial de integração e disseminação dos acervos dessas instituições se torne menor. Os autores entendem que:

Para agregar esses conteúdos de forma acessível, faz-se necessário a concepção de uma política integrada que procure dar condições de visibilidade e aplicabilidade a estratégias técnicas, políticas, culturais e econômicas que facilitem a produção de uma rede de acervos que, dialogando a mesma língua a partir da adoção de padrões compartilhados, podem se interconectar e se tornarem acessíveis de forma integrada (MARTINS; SILVA; CARMO, 2018, p.197-198).

Martins, Silva e Carmo (2018) mencionam ainda, que grande parte dos pontos dificultadores na concepção de acervos integrados giram em torno de um problema central e de maior complexidade, que se apresenta como a inexistência de uma política específica para o campo da digitalização de acervos culturais. Os autores compreendem que tal política deve:

Estabelecer procedimentos, padrões e parâmetros técnicos que possibilitem a realização de ações coordenadas e colaborativas que possuam como objetivo comum, a digitalização e a disponibilização de acervos culturais em rede por meio de banco de dados integrado e plataformas interoperáveis (MARTINS; SILVA; CARMO, 2018, p.200).

Assim como a Rede Memorial, iniciativa comprometida com a articulação nacional de instituições de memória com interesse nas políticas de digitalização de acervos memoriais, algumas outras iniciativas brasileiras se apresentam com o objetivo de conectar os acervos culturais em rede e disponibilizá-los de forma *online*, contudo, essa ainda não é uma realidade percebida em grande escala em nosso país. Porém, a percepção da importância e influência da construção desses acervos em rede para o contexto social, cultural e econômico tem trazido novamente o tema para debate, com uma compreensão mais clara de que para a viabilização de uma política de digitalização de acervos culturais são necessários o esforço e o trabalho conjunto entre a sociedade civil e entidades governamentais. Segundo os autores:

As práticas encontradas ainda são muito limitadas, isoladas e carecem de apoio técnico e de modelos de governança escaláveis para o

território brasileiro. O que se identifica hoje no país é uma falta de incentivo explícito, tanto político quanto econômico, que especificamente procure ofertar soluções para a questão dos acervos e articular as instituições culturais nessa direção (MARTINS; SILVA; CARMO, 2018, p. 203).

Em suma, Martins, Silva e Carmo (2018) apresentam os acervos em rede como nova prática resultante de uma sociedade envolvida no contexto *web* e suas perspectivas em formato rede e apontam que no cenário brasileiro, apesar de se ter formado uma percepção favorável das instituições de cultura quanto à necessidade de se pensar e produzir acervos culturais em rede, atualmente o processo não é visto como uma realidade, devido a um conjunto de limitações técnicas e políticas que ainda não puderam ser superadas. Os autores mencionam ainda que, diferentemente do contexto internacional, no Brasil ainda não se produziu um processo político com força suficiente para incidir em ampla articulação nacional que crie como solução um modelo de governança que garanta a participação dos diversos atores sociais e instâncias públicas e privadas.

Também em referência às instituições de memória, de modo a pensar as políticas públicas a partir de uma evidente reestruturação do todo, Puntoni (2017) aborda que em uma sociedade de constantes transformações, sobretudo pelo ponto de vista das tecnologias e da emergência da internet, essas instituições se veem estimuladas e provocadas a se reinventarem socialmente e, principalmente, fazer de seus espaços um campo para a construção de novas narrativas. Claramente, a internet nos apresenta um novo meio e formato cultural, e o autor aponta que compreender esse novo contexto da cultura digital é decisivo para as políticas da memória e do patrimônio.

Assim, remetendo ao contexto brasileiro, o efeito da cultura digital ganha força no final dos anos 2000 quando por meio do apoio e incentivo, tanto por parte do governo federal quanto de agências de fomento, grande parte das instituições memoriais do país inicia um processo de digitalização de seus acervos. Para o autor, o contexto político apresentava nova perspectiva que pensava a atuação do governo como instigador e produtor de políticas públicas. Nesse sentido, ainda segundo Puntoni (2017, p.126), “foram nos primeiros anos do século XXI que passamos a enfrentar o desafio de estabelecer políticas para ativar a cultura digital como um instrumento capaz de potencializar o reenquadramento e o fortalecimento das instituições memoriais”.

Dessa forma, com a popularização dos acervos digitais, e as instituições cada vez mais vislumbrando sua inserção ao meio digital de modo a reinventar seus processos de socialização e difusão, torna-se mais evidente a necessidade do desenvolvimento de uma política pública para a digitalização dos acervos memoriais e, nesse sentido, começam a surgir os primeiros movimentos conectados à idealização dessa política. Nesse ponto, o autor nos chama a atenção ao trabalho de referência que vinha sendo desenvolvido no Projeto Brasileira USP:

A sintonia com a evolução da cultura digital fazia com que o Projeto Brasileira USP, por sua ancoragem institucional e capacidade técnica, fosse um ponto de referência para a formulação de uma política pública de apoio à digitalização dos acervos memoriais. (PUNTONI, 2017, p.134).

Ante sua representatividade no campo da digitalização dos acervos e o entendimento da necessidade e da importância de uma política que pudesse nortear os novos projetos da área, a Brasileira Digital, em parceria com a Casa de Cultura Digital e o Ministério da Cultura, organizou o Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais, evento que teve como proposta reunir especialistas e profissionais do mundo para que se pudesse efetivar uma troca de experiências e discutir uma política de digitalização. Os debates e esforços concentrados durante o simpósio geraram como resultado o esboço de uma política pública para o setor que, conforme aponta Puntoni (2017), posteriormente não teve sua implementação efetivada. Os resultados deste esboço serão apresentados mais adiante.

Ainda, pela perspectiva da política, o Governo Federal seguia adiante articulando meios que pudessem subsidiar o seu desenvolvimento. O autor menciona como marco nessa trajetória a aprovação do Plano Nacional de Cultura – PNC, que menciona em sua ampla definição a necessidade de implementação de uma política nacional de digitalização que possa apoiar instituições memoriais. Contudo, apesar de as propostas idealizadas pelo então Ministério da Cultura apontarem um contexto favorável à construção da política pública para acervos digitais, o autor aponta que as metas previstas no PNC acabam perdendo força política devido à troca de gestão no governo. A estagnação no processo de desenvolvimento da política por parte do governo federal provocou um movimento coletivo entre instituições memoriais que se organizaram de modo a unir esforços e pensar estratégias e medidas que pudessem ajudar a avançar a idealização da política para a área, a exemplo, a Rede Memorial.

Contudo, ainda que o coletivo de instituições memoriais tenha empenhado grande esforço em torno do avanço nos debates para a construção da política, esse é um trabalho complexo e o avanço em maior escala requer o esforço conjunto de atores estratégicos que possam englobar o apoio da sociedade civil, das agências de fomento e, sobretudo, das esferas públicas federais.

Não foi possível ainda estabelecer uma política pública para a digitalização dos acervos e as articulações em rede das instituições da memória são fracas e pouco operativas por falta de recursos, por falta de capacidade, por falta de orientação. [...] Todavia, a força da cultura digital (do ativismo de seus atores) está hoje claramente associada às instituições memoriais, pelo menos em uma parte importante delas. (PUNTONI, 2017, p.146).

Assim, seguindo pela perspectiva do contexto dos acervos organizados em formato rede, de modo a expandir os elementos resultantes desse fenômeno, apresentam-se as concepções acerca do tema desenvolvidas por Gouveia Júnior *et al.* (2015). A partir de uma visão que contempla os propósitos das instituições memoriais que buscam pela preservação, disseminação e acesso difundido de seus acervos, os autores percebem como estratégia e oportunidade de expansão e fortalecimento da área a idealização de um trabalho pensado e desenvolvido em formato rede, que possa interligar essas instituições, de modo a fortalecer suas iniciativas de forma conjunta, beneficiando o campo cultural como um todo. Nesse sentido, os autores apresentam como ponto de reflexão e, sobretudo, como estrutura de desenvolvimento, o sistema memorial que vislumbra conectar instituições memoriais de modo a unir esforços em prol do crescimento social conjunto de tais instituições.

Esse novo formato, que se institui a partir da influência das tecnologias digitais e das novas possibilidades de disseminação do conhecimento, como já mencionado, apresenta novos meios de estruturação e desenvolvimento do campo social, de modo a ampliar as formas de interação não apenas entre os indivíduos, mas também entre as organizações, de tal forma a propiciar uma nova linha de composição pensada a partir do trabalho colaborativo.

Nesse sentido, incorporando as características denominadas por uma organização sistemática, percebe-se como ponto estratégico para maior difusão e acesso a esses bens culturais um movimento que segue em direção a um sistema memorial.

Vale considerar, ainda, que pensar sistemicamente significa defender uma visão não-mecanicista e pós-cartesiana, afastando-se das noções reducionistas, deterministas e analíticas de se pensar o universo-como-máquina. Significa pensar em redes, em teias de interconexões. O universo, então, é percebido como um todo dinâmico, indivisível, cujas partes estão inter-relacionadas [...] (GOUVEIA JÚNIOR *et al.*, 2015, p.81).

Essa ideia de concepção de um esforço desenvolvido por meio de uma perspectiva resultante do fenômeno rede, capaz de interconectar *expertises* distintas e promover um universo de troca social, pode representar ao contexto das instituições memoriais a idealização de um movimento integrado com força suficiente para avançar as discussões direcionadas na busca de soluções a questões pertinentes dentro da área, sobretudo pela perspectiva da construção de uma política pública.

Se pensarmos essas teias de relacionamento e troca de informação em um nível maior, isto é, entre comunidades e/ou instituições, o capital social é capaz de conceder benefícios à sociedade, bem como potencializar a aprendizagem, a mobilidade social e o desenvolvimento econômico, desde que exista um conjunto de instituições e sujeitos comprometidos com essa finalidade (GOUVEIA JÚNIOR *et al.*, 2015, p.84).

A exemplo de iniciativas que vão em direção ao desenvolvimento desse trabalho colaborativo em torno dos bens culturais, os autores mencionam a Rede Memorial que, muito bem articulada, seguia trabalhando e construindo estratégias que pudessem contribuir com o avanço e desenvolvimento das instituições memoriais, principalmente no sentido de estabelecer diretrizes que poderiam fortalecer e resguardar essas iniciativas tanto no campo social quanto no contexto político. Assim, na medida em que esse trabalho em rede vinha se consolidando, a percepção acerca da importância e da necessidade de se estabelecer uma política pública que pudesse nortear esses processos de digitalização e desenvolvimento também eram intensificadas.

[...] As ações pensadas e realizadas sob a lógica da Rede Memorial tendem a se aproximar das relações ecológicas. Estas se fazem importantes em virtude da percepção de um novo paradigma, que engendra uma visão holística do mundo, e o apreende não como a reunião das partes dissociadas, mas como um todo integrado. Começamos, então, a perceber que o sucesso na gestão partilhada da memória depende da combinação entre mudanças tecnológicas e comportamentais e do intercâmbio e socialização de experiências. Esse conjunto de princípios sustenta a intenção coletiva de se construir uma política de preservação e acesso para os acervos memoriais de instituições, não apenas de Pernambuco, mas de vários lugares do Brasil (GOUVEIA JÚNIOR *et al.*, 2015, p.90).

A articulação e o trabalho conjunto entre as instituições memoriais representam uma força crucial para a área, mas esse esforço não consegue, por si só, ser suficiente. É importante e necessário que as redes memoriais possam contar com o apoio de atores estratégicos do contexto político governamental e, também, de organizações e agências de fomento que possam contribuir para o fortalecimento contínuo e a manutenção desses projetos, de modo a fomentar e difundir a cultura brasileira. Os autores mencionam ainda que essa política deve ser construída não só mediante profunda reflexão e planejamento, mas também através da experiência acumulada pelos atores efetivamente envolvidos com a digitalização dos seus acervos.

Dessa forma, seguindo pelo entendimento da relevância que as agências de fomento representam para o desenvolvimento dos acervos digitais no campo da cultura, bem como o seu papel primordial como elemento ativador de circulação cultural, compreendendo a importância e o papel social, educacional e econômico que os acervos culturais representam para a sociedade, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES tem sido, desde o ano de 2004, um grande parceiro no setor cultural, desenvolvendo ações de fomento e incentivo direcionados às instituições memoriais. Segundo Balbi, Zendron e Marcelino (2014), o investimento ultrapassa R\$ 100 milhões em apoio a quase 140 projetos, o que faz com que o Banco seja reconhecido como uma das mais importantes instituições apoiadoras do segmento no país, levando a instituição a acumular experiência necessária para contribuir na construção de uma política pública para a preservação e o acesso aos acervos memoriais brasileiros.

Nesse mesmo trabalho elaborado por Balbi, Zendron e Marcelino (2014) acerca das ações de fomento realizadas pelo BNDES, apresentam-se algumas perspectivas de política pública e listam-se alguns pontos que podem ser vistos como principais problemas existentes no setor, entre eles a dificuldade de se constituir políticas de longo prazo, a inexistência de padronização e a escassez de recursos. Ainda, listando algumas iniciativas que vão ao encontro do tema dos acervos culturais, apontam-se algumas Leis e programas de incentivo à cultura, a Política Nacional de Museus e, também, o Plano Nacional de Cultura, conforme já mencionado anteriormente.

Mais, também percebendo a proliferação da internet como grande oportunidade de as instituições memoriais disponibilizarem seus acervos no âmbito digital, de modo

a potencializar o acesso e a distribuição da cultura brasileira em escala global, Balbi, Zendron e Marcelino (2014) afirmam que as instituições têm, sim, desenvolvido ações ligadas a projetos de digitalização dos acervos, mas que, conforme já mencionado anteriormente por outros autores, tais ações vêm sendo feitas de forma isolada, sem uma política setorial e, sobretudo, sem padrões de interoperabilidade.

No atual contexto de expansão da cultura digital no Brasil, tornou-se urgente a definição de uma política pública para a digitalização de acervos memoriais. Tal política de relevância nacional deveria envolver não só os três níveis da federação, mas também instituições privadas comprometidas com a guarda de acervos (BALBI; ZENDRON; MARCELINO, 2014, p.20).

Ainda pela perspectiva das políticas de fomento, ao longo dos anos é possível perceber que o modelo de apoio financeiro desenvolvido pelo Banco sofreu alguns ajustes. De acordo com os autores, a ótica de patrocínio deu lugar a vocação de parceria estratégica, de modo a contribuir para a formulação de políticas públicas e para a elaboração de operações estruturantes para o setor. Dessa forma, uma das novas modalidades implementadas foi a denominada Âncora, que viabilizou o apoio a projetos de maior complexidade e valor, além de potencializar um ambiente de compartilhamento e articulação entre as instituições de guarda, tanto internamente quanto junto a seus pares (BALBI; ZENDRON; MARCELINO, 2014).

De modo geral, as ações de apoio do BNDES buscavam a qualificação e o fortalecimento das instituições, de jeito a potencializar seus papéis estruturantes na formação cultural da sociedade a partir de ações que possam impulsionar a valorização e a visibilidade de seus acervos e, sobretudo, estimular uma relação estratégica de aproximação dessas instituições de modo a compartilhar ações, experiências e recursos. Assim, o Banco vinha se estabelecendo como grande parceiro estratégico para o campo da cultura e se apresentando como instituição capaz de contribuir e somar para os processos de desenvolvimento de uma política de digitalização de acervos.

Dando continuidade às ações elaboradas de modo a se pensar a estrutura de uma política pública para acervos digitais no âmbito da cultura e em sequência ao exposto por Puntoni (2017), o trabalho apresentado por Taddei (2010) pode ser compreendido como resultado dos debates decorrentes do Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais. O evento, que foi realizado em 2010 na cidade de São Paulo, é considerado de extrema relevância para a área, e reuniu

especialistas e profissionais do Brasil e do mundo para a troca de experiências e debates sobre a proposição de políticas públicas de digitalização de acervos.

Assim, a partir da identificação de elementos que podem ser dificultadores no processo de desenvolvimento dos acervos digitais, Taddei (2010) apresenta como proposta de resolução desses problemas o desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas voltadas para o setor cultural brasileiro, que teriam também como premissa apoiar instituições memoriais na construção dos acervos digitais, de forma a apresentar um conjunto de normas e diretrizes necessárias para o início de uma ação bem-sucedida. Ao se visualizar um processo de circulação desses acervos culturais sob olhar mais expressivo, é importante e necessário que essas instituições memoriais possam desenvolver os trabalhos de construções de seus acervos digitais a partir da uniformização de padrões:

É necessário organizar o setor dotando-o de um espaço de interlocução, regulação e organização capazes de facilitar os processos de digitalização em instituições públicas ou privadas, assim como determinar, dentro das condições e peculiaridades nacionais, quais os processos e padrões que melhor atendem às premissas de preservação e acesso ao conhecimento brasileiro. (TADDEI, 2010, p. 5-6).

A padronização dos processos de digitalização não é uma proposta nova e vem sendo mencionada ao longo dos anos. Especula-se que, como já mencionado, apesar da existência de alguns projetos e iniciativas de construção de acervos digitais, um dos motivos pelos quais ainda não se constitui um projeto que pudesse abarcar e disponibilizar os acervos culturais de forma conectada e maximizada é, justamente, a falta de padronização.

É a partir desses apontamentos que Taddei (2010) apresenta a proposta de instituição de duas estruturas políticas com o foco em apoiar e fomentar as atividades previstas na esfera da cultura brasileira, que são o Plano Nacional de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento (PNDAC-BR) e o Comitê de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento (CODAC-BR). Em linhas gerais, conforme definido pelo autor:

Esse comitê teria autonomia e autoridade para definir os processos e modelos para a digitalização dos acervos públicos e privados brasileiros, servindo como referência para o mercado e diretriz para a esfera pública e órgãos a ela vinculados. [...]O próprio comitê também poderá ser parceiro ideal para colocar em prática ou auxiliar na execução do PNDAC-BR, um conjunto de políticas públicas voltadas para o setor. (TADDEI, 2010, p.6).

Como estrutura de composição, o autor aponta que o comitê deve englobar representantes do Poder Executivo federal, instituições e organizações público/privadas vinculadas à memória cultural brasileira, representantes da sociedade civil e especialistas da área.

A lista de responsabilidade proposta pelo autor pode ser interpretada como pontapé inicial ao desenvolvimento de uma política pública para a construção de acervos digitais no âmbito cultural. Tais diretrizes, além de apontar elementos primordiais de estabelecimento de padrões, mencionam também a importância de se estabelecer ações estratégicas de governança, que poderão ser o alicerce necessário para a sustentação de tal política.

Portanto, compreende-se que a instituição de um Plano Nacional de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento pode ser mais um ponto de apoio e garantia aos processos de digitalização. O Plano propiciaria um conjunto de políticas públicas que pudessem direcionar e estabilizar as iniciativas de digitalização de acervos culturais e, sobretudo, desenvolver estratégias de fomento a sua disponibilização, circulação e acesso.

O trabalho apresentado por Taddei (2010) carrega uma fundamentação técnica densa e traz contribuições relevantes que se constituem a partir de elementos sólidos que podem ser usados como base para o desenvolvimento de uma política de acervos digitais e, também, abre espaços de discussões relacionadas ao tema, que devem ser pensadas e promovidas a partir do trabalho conjunto entre atores estratégicos. Dessa forma, entende-se que o autor elabora uma documentação que hoje pode ser reconhecida como o primeiro esboço de uma política pública para o setor cultural.

O conjunto de documentos e propostas aqui relatadas serve à sociedade civil como um todo no sentido de mapear as carências e necessidades de todos os setores envolvidos com a preservação e circulação do patrimônio cultural e conhecimento histórico brasileiros. [...] Os próximos passos incluem a mobilização do setor em encontros técnicos e a compactuação dos atores em torno do projeto de construção do comitê como espaço permanente de diálogo e decisão, e de construção de um plano nacional que atenda as carências e aponte caminhos para o futuro. (TADDEI, 2010, p.40).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os pontos considerados comuns, é possível identificar uma compreensão clara a respeito das transformações recorrentes dos aparatos tecnológicos e,

especialmente, pela popularização da internet. Assim, os autores compreendem a importância de readequação das instituições memoriais a esse novo contexto social, econômico e cultural, e percebem como ponto de reestruturação a idealização de seus novos processos a partir de uma visão estruturada em formato rede.

Por consequência a esse fenômeno e também das oportunidades resultantes dos meios tecnológicos, as instituições de memória se veem a cada dia mais estimuladas a promover seus acervos com o intuito de uma difusão cultural de maior abrangência. Assim, também como elemento comum, apresenta-se certa inquietação sobre a possibilidade de essas instituições realizarem o trabalho de digitalização de seus acervos de forma isolada, sem que exista a definição de padrões que possam viabilizar, posteriormente, a disponibilização desses conteúdos com caráter interoperável.

Portanto, como um dos pontos de compreensão acerca da necessidade de uma política pública para acervos digitais, tem-se o estabelecimento de diretrizes que possam nortear a construção e manutenção desses acervos, de modo a apresentar normas, padrões técnicos e, sobretudo, modelos de governança que possam ser adotados como seus elementos estruturantes. Para os autores, existem alguns pontos que podem ser compreendidos como dificultadores nesse processo de construção da política, sendo possível mencionar a dificuldade de estabelecer políticas a longo prazo, limitações técnica e política, falta de destinação de recursos, heterogeneidade de objetos e, principalmente, a dificuldade de se estabelecer um trabalho conjunto entre a sociedade civil e entidades governamentais e privadas.

Contudo, apesar dos pontos apresentados, a questão de maior compatibilidade entre os autores apresentados se constrói a partir da inexistência e da urgência de uma política pública para acervos digitais no campo cultural. Sendo assim, é possível mencionar que a necessidade de uma política pública com diretrizes e boas práticas para a construção de acervos digitais se apresenta como consenso entre as instituições de memória e colaboradores da área. Apesar dos percalços ao longo dos processos já iniciados, é necessário compreender e assumir a complexidade dessa ação e pensar estratégias de apoio que possam viabilizar a retomada e continuidade dessa iniciativa. Assim, como entendimento prévio é possível compreender que tal política deve atentar-se, entre outros, às definições de especificações técnicas, mecanismos de governança e parâmetros de interoperabilidade.

Uma política pública pode tornar viável a estruturação de acervos digitais sob a perspectiva do elemento rede, fenômeno que pode contribuir com a difusão em escala de acervos distintos de forma conectada e, conseqüentemente, com acesso e alcance universal às referências culturais existentes no país. É pertinente mencionar, também, a relevância da organização coletiva das instituições de memória e a importância da continuidade do movimento em prol do avanço da concepção da política como documento estruturante para o setor cultural.

Em suma, a partir da identificação da falta de uma política nacional para a construção de acervos digitais, percebe-se a dimensão e a necessidade de reativar os processos de articulação de atores estratégicos que possam fomentar a retomada dos estudos e ações direcionadas à construção dessa política, que poderá contribuir para a concepção de acervos digitais distribuídos em formato rede, viabilizando o acesso a diferentes instâncias, de tal modo a ativar a fruição cultural e, possivelmente, contribuir para o desenvolvimento social e econômico.

REFERÊNCIAS

BALBI, F. M.; ZENDRON, P.; SILVA, G. M. O setor de acervos memoriais brasileiros e os dez anos de atuação do BNDES: uma avaliação a partir da metodologia do Quadro Lógico. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 7-67, 2014. Disponível em: <https://web.bnades.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2473>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BETTENCOURT, A.; MARCONDES, C. H. Elementos para uma política brasileira de acesso integrado, utilização e preservação de acervos digitais em memória e cultura. **PragMATIZES: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, n. 16, p. 44-61, 2019. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/27518/16801>. Acesso em: 20 jun. 2019.

GOUVEIA JÚNIOR, M.; GALINDO, M. L.; SOARES, S. M.; NASCIMENTO, N. C. A missão da rede memorial: capital social, sistemas e redes de colaboratividade. **Em Questão**, v. 21, n. 1, p. 76-95, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/11528>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MARTINS, D. L.; SILVA, M. F.; CARMO, D. Acervos em rede: perspectivas para as instituições culturais em tempos de cultura digital. **Em Questão**, v. 24, n. 1, p. 194-216, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/9382>. Acesso em: 20 jun. 2019.

PUNTONI, P. Rede Memorial: cultura digital, redes colaborativas e a digitalização dos acervos memoriais do Brasil. *In*: GOBEL, B.; CHICOTE, G. (Ed.). **Transiciones inciertas: Archivos, conocimientos y transformación digital en América Latina**. Berlín: Instituto Ibero-Americano de Berlín, 2017, p. 120-152. Disponível em:

<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.553/pm.553.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

TADDEI, R. **Políticas públicas para acervos digitais**: propostas para o Ministério da Cultura e para o setor. São Paulo: [s.n.], 2010.